



CPA Trading S.A.

e empresas Controladas | CNPJ 05.203.519/0001-90 - Sarandi - PR

Relatório de Administração - 2025

Em cumprimento às disposições vigentes da legislação societária, submetemos a apreciação dos acionistas o relatório de administração, referente às atividades desenvolvidas pela CPA Trading S.A. e que a seu tempo, acompanhará as demonstrações financeiras consolidadas da companhia juntamente com o parecer dos auditores independentes referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro

de 2025, permanecendo à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Sarandi, 10 de abril de 2026.

Ayrton Carlos Berg Junior - Diretor Executivo

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

| Ativo | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6) | 3.250 | 2.562 | 13.729 | 13.606 |
| Contas a receber de clientes (Nota 7) | 312 | 209 | 4.433 | 5.418 |
| Estoques (Nota 8) | - | - | 2.419 | 1.981 |
| Impostos a recuperar | 230 | 224 | 288 | 269 |
| Adiantamento da fornecedores | - | - | 276 | 369 |
| Despesas antecipadas | 5 | 5 | 31 | 22 |
| Outros créditos | - | - | 801 | 679 |
| | 3.797 | 3.000 | 21.977 | 22.344 |
| Não circulante | | | | |
| Impostos a recuperar | - | - | 1.975 | 1.975 |
| Partes relacionadas (Nota 9) | 1.501 | 4.813 | - | - |
| Outros créditos | 196 | 178 | 400 | 348 |
| Investimentos (Nota 11) | 44.585 | 38.739 | 462 | 422 |
| Imobilizado (Nota 12) | 18.602 | 18.968 | 48.126 | 46.768 |
| Intangível (Nota 13) | 2 | 2 | 5.814 | 5.818 |
| | 64.886 | 62.700 | 56.777 | 55.331 |
| Total do ativo | 68.683 | 65.700 | 78.754 | 77.675 |

| Passivo e patrimônio líquido | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Circulante | | | | |
| Fornecedores (Nota 14) | 8 | 5 | 1.071 | 1.076 |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 15) | - | - | 149 | 50 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 227 | 216 | 980 | 912 |
| Obrigações tributárias (Nota 16) | 198 | 68 | 490 | 470 |
| Adiantamento de clientes | - | - | 59 | - |
| Outras contas a pagar (Nota 17) | 611 | 600 | 2.399 | 2.927 |
| Dividendos a pagar (Nota 18(e)) | 672 | 3.226 | 672 | 3.226 |
| | 1.716 | 4.115 | 5.820 | 8.661 |
| Não circulante | | | | |
| Tributos diferidos (Nota 23(a)) | 8 | 8 | 3.994 | 3.981 |
| Outras contas a pagar (Nota 17) | - | - | 1.981 | 3.456 |
| Provisão para contingência (Nota 24) | 144 | 144 | 144 | 144 |
| | 152 | 152 | 6.119 | 7.581 |
| Patrimônio líquido (Nota 18) | | | | |
| Capital social | 34.695 | 29.995 | 34.695 | 29.995 |
| Reserva legal | 47 | 47 | 47 | 47 |
| Reserva de lucros | 5.854 | 5.713 | 5.854 | 5.713 |
| Reserva de lucros | 26.219 | 25.678 | 26.219 | 25.678 |
| | 66.815 | 61.433 | 66.815 | 61.433 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | 68.683 | 65.700 | 78.754 | 77.675 |

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | Capital social | | Reservas de capital | | Reserva legal | | Reserva de lucros | | Lucros acumulados | | Total | |
|--|----------------|-----------|---------------------|---------------|---------------|--------------|-------------------|---------------|-------------------|--------------|--------------|---------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | 21.064 | 21.064 | - | - | 13.582 | 13.582 |
| Reserva legal (Nota 18(c)) | - | - | - | - | 679 | 679 | - | - | - | - | (679) | - |
| Distribuição de dividendos | - | - | - | - | - | - | (5.063) | (5.063) | - | - | - | (5.063) |
| Reserva de lucros (Nota 18 (d)) | - | - | - | - | - | - | 9.677 | 9.677 | - | - | (9.677) | - |
| Dividendos propostos (Nota 18(e)) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (3.226) | (3.226) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 29.995 | 47 | 5.713 | 25.678 | 141 | 2.015 | (1.474) | 26.219 | 66.815 | 2.828 | 2.828 | 61.433 |

| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | Capital social | | Reservas de capital | | Reserva legal | | Reserva de lucros | | Lucros acumulados | | Total | |
|---|----------------|-----------|---------------------|---------------|---------------|--------------|-------------------|---------------|-------------------|--------------|--------------|---------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | 21.064 | 21.064 | - | - | 13.582 | 13.582 |
| Reserva legal (Nota 18 (c)) | - | - | - | - | 679 | 679 | - | - | - | - | (679) | - |
| Reserva de lucros (Nota 18 (d)) | - | - | - | - | - | - | 9.677 | 9.677 | - | - | (9.677) | - |
| Dividendos propostos (Nota 18 (e)) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (3.226) | (3.226) |
| Integralização de capital (Nota 18 (a)) | 4.700 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 34.695 | 47 | 5.854 | 26.219 | 141 | 2.015 | (1.474) | 66.815 | 66.815 | 2.828 | 2.828 | 61.433 |

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES financeiras em 31 de dezembro de 2025 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: (a) **Considerações gerais:** A CPA Trading S.A. ("Companhia") foi constituída em 11 de julho de 2002, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, tendo por objetivo a compra, para fim específico de produtos para exportação, sob o regime do Decreto-lei nº 1.248, de 29 de dezembro de 1972, o exercício de representação comercial, distribuição, corretagem, comissão, importação, prestação de serviços de organização logística em geral, de gestão de vendas, de transporte rodoviário de carga e outros afins, compra para revenda ou qualquer outra forma de participação na comercialização, no mercado interno brasileiro ou no mercado internacional, de quaisquer mercadorias e produtos primários, semelariadores ou manufaturados, inclusive, mas não se limitando a insumos utilizados na produção agroindustrial e álcool etílico a granel, em qualquer de suas formas químicas e misturas, para fins carburantes ou não. Os objetos sociais das controladas e controladas em conjunto estão apresentados a seguir: (i) CPA International Trading Ltd., com sede nas Ilhas Virgens Britânicas - Reino Unido, tem por objeto social a importação e exportação de etanol. No exercício a companhia não teve atividade de compra e venda. (ii) CPL - Central Paranaense de Logística S.A.: com sede em Sarandi - Paraná - Brasil, tem como objeto social o transporte rodoviário de logística e outros derivados de petróleo. Essa controlada foi constituída em 25 de maio de 2010 e encontra-se em fase pré-operacional, sem estimativas para início de operação. O controle da Companhia é exercido de forma compartilhada pelas administradoras: (iii) CPA Comércio de Combustíveis Ltda., com sede em Maringá - Paraná - Brasil, tem como objeto social o comércio varejista de derivados de petróleo e loja de conveniência. (iv) A controlada Serra Azul Administradora de Bens Ltda., com sede em Sarandi - Paraná - Brasil, tem como objetivo social a compra e venda de imóveis próprios. (v) A controlada CPA Intermediação e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda., com sede em Sarandi - Paraná - Brasil, tem como objeto social de comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários. (vi) O Auto Posto P2 Comércio de Combustíveis Ltda., com sede em Maringá - Paraná - Brasil, tem como objeto social o comércio varejista de derivados de petróleo e loja de conveniência. No exercício de 2024 iniciou uma reforma na loja de conveniência para poder oferecer um melhor atendimento para o cliente. (b) **Constituição da filial da CPA Trading S.A.:** Em 29 de setembro de 2025, foi constituída uma filial da CPA Trading S.A., localizada na cidade de Marialva, Estado do Paraná, na Estrada Marajá, S/N Lote 200/1, CEP: 86.900.000, com atividade de comércio atacadista de açúcar, comércio de produtos alimentícios com atividade fracionamento e acondicionamento associada e serviços de envasamento e empacotamento sob contrato. Atualmente o projeto está em fase de aprovação e obtenção das licenças junto aos órgãos fiscalizadores e, em seguida, começará a fase da construção do empreendimento. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 10 de abril de 2026. **2. Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer a utilização de algumas novas políticas e métodos de julgamento. Para mais detalhes, consulte a administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis materiais da Empresa. Áreas queles que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025: **Ausência de permutabilidade - Alterações à IAS 21/ CPC 02 (R2),** Os Efeitos das Alterações nas Taxas de Câmbio. Em agosto de 2023, o IASB alterou a IAS 21/ CPC 02 (R2) para acrescentar requisitos que ajudaram a determinar se uma taxa é fixada por contrato, a taxa de câmbio a vista ou a taxa de câmbio a prazo. Antes dessas alterações, a IAS 21 estabelecia a taxa de câmbio a utilizar quando a permutabilidade é temporariamente inexistente, mas não o que fazer quando a falta de permutabilidade não é temporária. Esses novos requisitos aplicam-se a períodos de relato anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações mencionadas acima não tiveram impacto relevante para a Companhia. **Reforma Tributária:** Foi promulgada pela Emenda Constitucional nº 132/2023, instituiu um novo modelo baseado em um IVA dual, composto pela CBS (tributo federal que substituirá PIS e COFINS) e pelo IBS (tributo estadual/municipal que substituirá ICMS e ISS). Além disso, foi criado o Imposto Selo/IBS, incidente sobre serviços prestados em saúde ou ao meio ambiente. Para mais detalhes, consulte a administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis materiais da Empresa. **Alterações de normas novas que não estão em vigor para o exercício de 2025:** A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas às instituições financeiras. As alterações: (i) esclarecem a data de reconhecimento e do reconhecimento de ativos e passivos, com exceção de instrumentos financeiros, para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. As referidas alterações não tiveram impacto relevante para as demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores representados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. • No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão representadas de acordo com o IFRS 18. **Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11:** As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas: IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro"; IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7"; IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"; IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa". Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da empresa. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da empresa. **2.4. Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. (a) **Controladas:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. (b) **Empreendimentos controlados em conjunto:** Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas joint ventures é reconhecida na demonstração do resultado. Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas joint ventures são eliminados na preparação da demonstração do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. A CPL - Central Paranaense de Logística S.A. é controlada em conjunto com os demais acionistas participantes da empresa. **Demónstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem saldos de ativo, passivo, receitas e despesas das seguintes instituições:

| Controladas Diretas: | Participação no capital social - % |
|---|------------------------------------|
| CPA International Trading Ltda. | 100% |
| CPA Comércio de Combustíveis Ltda. | 100% |
| CPA Intermediação e Comércio de Produtos Agrop. Ltda. | 100% |
| Serra Azul Administradora de Bens Ltda. | 100% |
| Controladas Indiretas: | |
| Auto Posto P2 Comércio de Combustíveis Ltda. | 100% |

2.5. Conversão de moeda estrangeira: (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. (b) **Operações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, fornecedores, clientes e partes relacionadas são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.5.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. **2.6. Ativos financeiros:** **2.6.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Atualmente os ativos são classificados ao custo amortizado. **2.6.2. Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **2.6.3. Mensuração:** No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **2.6.4. Impairment:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado dos resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.7. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. A Companhia mantém as contas a receber avaliadas pelo método de avaliação de ativos financeiros contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. **2.8. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **2.9. Ativos intangíveis:** (a) **Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base no custo incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em três anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento preliminarmente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativos a partir do período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos e outros intangíveis conforme prazo do contrato. (b) **Ágio:** O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado de venda, na data da aquisição. O ágio é incluído anualmente para refletir perdas (impairment). Ágio é contabilizado pelo seu valor justo, menos as perdas acumuladas por impairment. Os custos de impairment reconhecidos sobre ágio não são revertidos. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. **2.10. Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, resultados históricos, com exceção de terrenos e edificações adquiridas por impairment. Ágio de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos separados. Os custos subsequentes não incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

| Anos | Edificações |
|-------|-----------------------------------|
| 25-60 | Máquinas |
| 10-25 | Móveis, utensílios e equipamentos |
| 5-15 | |
| 10-15 | |

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor residual e a vida útil é imediatamente baixado para o valor residual se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.11. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados em níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório. **2.12. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.13. Provisões:** As provisões para a ações jurídicas (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: o Grupo tenha uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas em relação às perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as condições atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.14. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as controladas e coligadas da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será o resultado de uma reversão. Os impostos de renda e contribuição social diferidos são mensurados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **2.15. Benefícios a empregados: Participação nos lucros:** O Grupo reconhece uma provisão mensal de um passivo e uma despesa de participação nos resultados calculados conforme acordo firmado com o sindicato da categoria. Este acordo estabelece regras e as metas as serem atingidas para que os colaboradores façam jus a este prêmio. **2.16. Capital social:** As ações ordinais são classificadas no patrimônio líquido. **2.17. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo das contraprestações recebidas a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre controladas do Grupo, quando se trata de contas consolidadas. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em dados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. (a) **Prestação de serviços:** O Grupo presta serviços de comércio e intermediação, no caso das comissões e intermediações, os serviços são reconhecidos com base no total de vendas de etanol das usinas para distribuidoras que são intermediadas pela Companhia. (b) **Venda de mercadorias:** A CPA International Trading Ltd., atua como comércio atacadista de venda de etanol hidratado, onde é reconhecida no momento da emissão da nota fiscal. Para o exercício de 2025 e 2024 a CPA International não efetuou compras ou vendas de mercadorias. O posto CPA Comércio de Combustíveis Ltda. e Auto Posto P2 Comércio de Combustíveis Ltda., também atua como comércio atacadista de venda de petróleo e loja de conveniência, onde a receita é reconhecida no momento do abate/comissão/emissão do cupom fiscal. (c) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado calculada utilizando o método de taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. **2.18. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicada, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

||
||
||

CONTINUAÇÃO

| | Contas a receber | | Mútuo ativo e AFAC (ii) | | Dividendos | | Outras obrigações | | Receita de vendas | | Receitas financeiras | |
|--|------------------|--------------|-------------------------|------------|--------------|------------|-------------------|--------------|-------------------|-----------|----------------------|------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Renuka Vale do Ivaí S/A - Açúcar e Alcool | 7 | 3 | - | - | 45 | 215 | - | - | 40 | 35 | - | - |
| Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda. | 83 | 89 | - | - | 438 | 2.106 | - | - | 1.067 | 796 | - | 138 |
| Cooperval Cooperativa Agroind. Vale do Ivaí Ltda. | 44 | 18 | - | - | 48 | 233 | - | - | 323 | 299 | - | - |
| Destilaria Americana S.A. | 75 | - | - | - | 4 | 21 | 567 | 567 | - | - | - | - |
| Cooperativa Agríc. Regional de Prod. de Cana Ltda. | 44 | 27 | - | - | 100 | 479 | - | - | 532 | 489 | - | - |
| Cooperativa Agroindustrial Nova Produtiva | 21 | 21 | - | - | 37 | 172 | - | - | 192 | 283 | - | - |
| CPA Comércio de Combustíveis Ltda (ii) | 5 | 5 | 382 | 4.813 | - | - | - | - | 60 | 60 | 15 | - |
| Auto Posto P2 Comércio de Combustíveis Ltda (ii) | 2 | 2 | 1.119 | - | - | - | - | - | 30 | 30 | 34 | - |
| 237 | 165 | 1.501 | 4.813 | 672 | 3.226 | 567 | 567 | 2.244 | 1.992 | 49 | 138 | |

(ii) AFAC – adiantamento para futuro aumento de capital e contrato de mútuo entre empresas do mesmo grupo.

9.2. Consolidado

| | Contas a receber (i) | | Dividendos | | Outras Obrigações | | Receita de vendas | | Receitas financeiras | |
|---|----------------------|------------|--------------|------------|-------------------|--------------|-------------------|---------------|----------------------|------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Renuka Vale do Ivaí S/A | 7 | 3 | 45 | 215 | - | - | 40 | 35 | - | - |
| Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda. | 83 | 89 | 439 | 2.107 | 399 | 450 | 1.067 | 796 | - | 138 |
| Cooperval Cooperativa Agroindustrial Vale do Ivaí Ltda. | 44 | 18 | 48 | 233 | - | - | 323 | 7.961 | - | - |
| Destilaria Americana S.A. | 75 | - | 4 | 21 | 567 | 567 | - | - | - | - |
| Cooperativa Agríc. Regional de Produtores de Cana Ltda. | 44 | 27 | 100 | 479 | - | - | 532 | 3.138 | - | - |
| Cooperativa Agroindustrial Nova Produtiva | 21 | 21 | 36 | 172 | - | - | 172 | 3.116 | - | - |
| 230 | 833 | 672 | 3.226 | 966 | 1.017 | 1.017 | 3.662 | 15.046 | - | 138 |

(i) As contas a receber de partes relacionadas são principalmente, decorrentes de operações de vendas de produtos e serviços e tem vencimento todo dia 20 do mês subsequente. Não são mantidas provisões para devedores duvidosos para contas a receber de partes relacionadas, por não haver expectativa de perdas.

10. Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração são os diretores do Grupo. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços prestados, está apresentada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------|--------------|------|-------------|------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Honorários da administração | 461 | 441 | 461 | 441 |

11. Investimentos: (a) Participação societária

| Participação no capital social - % | Patrimônio líquido | Lucro líquido (prejuízo) do exercício |
|------------------------------------|--------------------|---------------------------------------|
| | | |
| 100% | 61 | (22) |
| 25% | 1.850 | 38 |
| 100% | 34.475 | (132) |
| 100% | 328 | 32 |
| 100% | 7.847 | 1.920 |
| 100% | 15.876 | (72) |

Em 31 de dezembro de 2025

| Participação no capital social - % | Patrimônio líquido | Lucro líquido (prejuízo) do exercício |
|------------------------------------|--------------------|---------------------------------------|
| 100% | 61 | (22) |
| 25% | 1.850 | 38 |
| 100% | 34.475 | (132) |
| 100% | 328 | 32 |
| 100% | 7.847 | 1.920 |
| 100% | 15.876 | (72) |

Em 31 de dezembro de 2024

| Participação no capital social - % | Patrimônio líquido | Lucro líquido (prejuízo) do exercício |
|------------------------------------|--------------------|---------------------------------------|
| 100% | 94 | (25) |
| 25% | 1.899 | 30 |
| 100% | 32.399 | 625 |
| 100% | 298 | 25 |
| 100% | 8.927 | 11.646 |
| 100% | 13.961 | 465 |

(i) O Posto CPA Comércio de Combustíveis Ltda. (o "Posto"), foi adquirido em 11 de maio de 2012. O segmento de atuação do Posto é a comercialização de combustíveis e derivados de petróleo (posto de combustíveis), o qual foi adquirido na totalidade de suas quotas. O Posto está construído dentro de um terreno com 27.750 m² (não auditado). (ii) O Auto Posto P2 Comércio de Combustíveis Ltda. é controlada direta da CPA Comércio de Combustíveis Ltda, que foi adquirido em 28 de julho de 2020 e suas instalações foram reestruturadas e reformadas para melhor atender os clientes.

(b) Saldos de investimentos

| Investidas | Controladora | | Ganho (perda) equivalência | |
|--|--------------|--------|----------------------------|--------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Controladas | | | | |
| CPA Internacional Trading Ltd. | 61 | 94 | (22) | (25) |
| CPA Comércio de Combustíveis Ltda. (i) | 34.475 | 27.586 | (205) | 1.090 |
| CPA Intermediação e Com. Prod. Agróp. Ltda | 7.847 | 8.927 | 1.920 | 11.646 |
| Serra Azul Administração de Bens Ltda | 328 | 298 | 31 | 25 |
| Controladas em conjunto | 462 | 422 | 40 | 30 |
| CPL Central Paranaense de Logística S.A. | 1.412 | 1.412 | - | - |
| Goodwill na aquisição do Posto CPA | 44.585 | 38.739 | 1.764 | 12.766 |

(c) Investimentos em controladas e controlada em conjunto

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|-------------|------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Em 1º de janeiro | 38.739 | 35.590 | 422 | 392 |
| Aumento de capital (i) | 7.093 | - | - | - |
| Dividendos recebidos da CPA Intermediação (ii) | (3.000) | (9.642) | - | - |
| Equivalência patrimonial (iii) | 1.764 | 12.766 | 40 | 30 |
| Varição cambial s/investimentos | (11) | 25 | - | - |
| Em 31 de dezembro | 44.585 | 38.739 | 462 | 422 |

(i) Em 2025 foi integralizado em controladas o valor de R\$ 7.093, sendo que teve movimentação de caixa em 2025 somente o valor de R\$ 2.280, o restante de R\$ 4.813 foi integralizado via AFAC (adiantamento para futuro aumento de capital). (ii) Em 2025, a foi recebida da Controlada CPA Intermediação a distribuição de lucros no valor de R\$ 3.000 (2024 - R\$ 9.642.). (iii) A equivalência patrimonial apresentada no consolidado se refere a controlada em conjunto CPL – Central Paranaense de Logística S.A.

12. Imobilizado: a) Composição - controladora

| | Terrenos | | Máquinas e equipamentos | | Móveis e utensílios | | Equip. de informática | | Outros | | Andamento | | Imobilizado total | |
|---|---------------|------|-------------------------|------|---------------------|------|-----------------------|------|------------|------|------------|------|-------------------|------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 18.745 | - | 11 | - | - | - | - | - | - | - | 190 | - | 18.946 | - |
| Aquisição | - | - | (2) | - | - | - | - | - | - | - | 24 | - | 24 | - |
| Depreciação | - | - | 9 | - | - | - | - | - | - | - | 214 | - | 18.968 | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 18.745 | - | 9 | - | - | - | - | - | - | - | 86 | - | 18.862 | - |
| Aquisição | - | - | (1) | - | - | - | - | - | - | - | 300 | - | 300 | - |
| Depreciação | - | - | 8 | - | - | - | - | - | - | - | 180 | - | 180 | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 18.294 | - | 8 | - | - | - | - | - | - | - | 300 | - | 18.602 | - |
| Custo total | 18.294 | - | 120 | - | 89 | - | 102 | - | 2 | - | 300 | - | 18.907 | - |
| Depreciação acumulada | - | - | (112) | - | (89) | - | (102) | - | (2) | - | - | - | (305) | - |
| Valor residual | 18.294 | - | 9 | - | 18 | - | 497 | - | 224 | - | 54 | - | 18.602 | - |
| Taxas médias anuais de depreciação - % | - | - | 12% | - | 16% | - | 34% | - | 10% | - | - | - | - | - |

(b) Composição - consolidado

| | Terrenos | | Edificações | | Máquinas e equipamentos | | Móveis e utensílios | | Equip. de informática | | Outros | | Em andamento | | Imobilizado total | |
|---|---------------|------|---------------|------|-------------------------|------|---------------------|------|-----------------------|------|------------|------|--------------|------|-------------------|------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 34.290 | - | 4.788 | - | 1.270 | - | 33 | - | 172 | - | 138 | - | 54 | - | 438 | - |
| Aquisição | - | - | - | - | 141 | - | 6 | - | 42 | - | 24 | - | 24 | - | 190 | - |
| Depreciação | - | - | (2) | - | (1) | - | (1) | - | (2) | - | (1) | - | (1) | - | (4) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 34.290 | - | 4.488 | - | 1.257 | - | 26 | - | 159 | - | 147 | - | 53 | - | 6.350 | - |
| Aquisição | - | - | - | - | 60 | - | 5 | - | 35 | - | 2 | - | 2 | - | 2.426 | - |
| Depreciação | - | - | (1) | - | (5) | - | (7) | - | (4) | - | (1) | - | (1) | - | (465) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 33.839 | - | 11.256 | - | 1.701 | - | 19 | - | 498 | - | 226 | - | 54 | - | 535 | - |
| Custo total | 33.839 | - | 36.931 | - | 15.928 | - | 390 | - | 1.437 | - | 1.363 | - | 546 | - | 536 | - |
| Depreciação acumulada | - | - | (25.675) | - | (14.226) | - | (372) | - | (940) | - | (1.139) | - | (492) | - | (42.844) | - |
| Valor residual | 33.839 | - | 11.256 | - | 1.702 | - | 18 | - | 497 | - | 224 | - | 54 | - | 536 | - |
| Taxa média anual de depreciação % | - | - | 3,36% | - | 10,14% | - | 20% | - | 12,59% | - | 23,07% | - | 14,22% | - | - | - |

(c) Composição da depreciação e amortização:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------|--------------|------|-------------|------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Despesa e custo | 2 | 2 | 708 | 514 |
| | 2 | 2 | 708 | 514 |

(d) Revisão e ajuste da vida útil estimada: Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPSC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Resolução CFC nº 1.263/09, a Companhia concluiu com base nas análises periódicas efetuadas por avaliadores independentes com o objetivo de revisar e ajustar a vida econômica estimada para o cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado. Foram analisadas as classes de edificações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, equipamentos de informática, instalações, softwares e outros. A estimativa de vida útil feita com base nas informações obtidas com os fabricantes e análise de cenários internos e externos.

13. Intangível

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-----------|-------------|--------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Softwares | | | | |
| marcas | 2 | 4 | 2 | 4 |
| Aquisição | - | - | - | - |
| Amortização | - | (2) | - | (4) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 2 | 20 | 2 | 5.818 |
| Aquisição | - | 3 | - | 3 |
| Amortização | - | (7) | - | (7) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 2 | 16 | 2 | 5.814 |
| Custo total | 232 | 1.379 | 230 | 1.379 |
| Amortização acumulada | (230) | (1.363) | (230) | (1.363) |
| Valor residual | 2 | 16 | 2 | 5.814 |
| Taxa média anual de amortização% | 26,27% | 18,12% | | |

Em 11 de maio de 2012, a Companhia adquiriu 99,99% das cotas de capital da empresa CPA Comércio de Combustíveis Ltda. ("Posto CPA"), apurando goodwill no montante de R\$ 1.412. O Posto CPA atua no ramo de comércio varejista de combustíveis e derivados de petróleo - localizado na cidade de Marialva, Estado do Paraná. Teste de impairment do ativo. O teste de recuperabilidade dos ativos da empresa não indicou a necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável do ativo nesta data. O valor recuperável é determinado com base na metodologia de valor em uso, sendo calculado a partir de projeções de fluxos de caixa antes do imposto de renda e da contribuição social. Essas projeções consideram o orçamento financeiro aprovado pela Administração para o período explícito de cinco anos. Para os períodos subsequentes, foi considerado o fluxo de caixa em perpetuidade, assumido como constante e sem a aplicação de qualquer taxa de crescimento.

DIRETORIA

| | | | | | |
|---|--|------------------------------------|--|--|--|
| Ayrton Carlos Berg Junior Diretor | Fernando Fernandes Nardine Diretor | Paulo Meneguetti Diretor | Ronaldo Magno Baggio Diretor | Tácito Octaviano Barduzzi Junior Diretor | Gilberto Francisco Pacheco Contador CRC/PR 041560/O-0 |
|---|--|------------------------------------|--|--|--|

TRIÂNGULO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S/A
CNPJ nº 17.199.262/0001-14 - NIRE nº 41206047711

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas da TRIÂNGULO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S/A ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 24 de abril de 2026, às 9h00, na sede social da Companhia, situada na Avenida Carneiro Leão, nº 135, Sobreloja, Centro, CEP 87014-010, Maringá/PR, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (I) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (II) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e eventual distribuição de dividendos. Ficam os Senhores Acionistas informados de que se acham à sua disposição, na sede social da Companhia, os documentos a que se refere o artigo 153 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Maringá/PR, 14 de abril de 2026.

Diretoria: Michel André Felipe Soares - Diretor Geral e Rodrigo Servalli de Brito - Diretor Geral.

Seja um doador de órgãos.

Doação de órgãos, pode salvar vidas.

Fale sobre isso.

É A MAIOR PROVA DE AMOR QUE UM SER HUMANO PODE DAR A OUTROS SERES CARINHOSOS DO MUNDO.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - PRESENCIAL E ONLINE

1º LEILÃO: 27 de maio de 2026, às 15h00min.
2º LEILÃO: 29 de maio de 2026, às 15h00min. (horário de Brasília)

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Herval, nº 1052, Belenzinho, São Paulo/SP, CEP: 03062-000, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL vierem ou dele conhecimento tiver, que levará a PÚBLICO LEILÃO de modo PRESENCIAL E ON-LINE, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel com força de escritura pública Anexo à Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 360700302185, firmado em 22/06/2023, com os Fidejussários Avaliados EDVALDO SOARES DE SOUZA, inscrito no CPF nº 190.009.289-15, casado pelo regime da comunhão universal de bens com MARIA DE FATIMA SOARES DE SOUZA, inscrita no CPF nº 000.276.619-11 e o Garantidor/Depositário SIDNEI SOARES DE SOUZA, inscrito no CPF nº 048.032.609-66, no dia 27/05/2026 em PRIMEIRO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R\$ 1.566.569,87 (um milhão quinhentos e sessenta e seis mil quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta e sete centavos), o imóvel matriculado sob nº 20.704 do Registro de Imóveis da Comarca de Maringá/PR, constituído por "Um terreno rural com área de 84.700m² correspondendo a 3,50 hectares paulistas, formando o lote nº 536-B-Rem-Subdivisão do lote 536-B, da Gleba Nucleo Ivaí, no Distrito e Município de Cruzmaltina e Comarca de Foz de Iguaçu/PR, sendo a seguinte linha perimetral: A Nordeste - Por uma linha seca de rufo 21(57)N0 medindo 61,30m confronta com terras de Constantina Maria dos Santos; A Sudeste - Por duas linhas secas de rufo respectivamente a seguir - 02(50)NE medindo 299,50m, confronta com terras 536-A-1; A Sudoeste - Por uma linha medindo 202,00m confronta com o lote 536-b-1; A noroeste: Pela Estrada Secundária medindo 360,00m confronta com terras de Guilherme Simões Pató". Cadastro Municipal: 717.061.001.767-1. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.11 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. ONU: Consta da referida matrícula, conforme Av. 12 Indisponibilidade decretada no processo nº 0000109-70.2025.8.16.0081 e conforme R.1



CPA Holding Participações S.A.

e Empresas Controladas | CNPJ 40.796.739/0001-76

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2025

Em cumprimento às disposições vigentes da legislação societária, submetemos a apreciação dos acionistas o relatório de administração, referente às atividades desenvolvidas pela CPA Holding Participações S.A., e que a seu tempo, acompanhará as demonstrações financeiras consolidadas da companhia juntamente com o parecer dos auditores independentes

referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, permanecendo à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Sarandi, 10 de abril de 2026.
Paulo Menequetti - Diretor Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

| Ativo | Controladora | | Consolidado | | Passivo e patrimônio líquido | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|---------------|----------------|----------------|--|----------------|---------------|----------------|----------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Circulante | | | | | Circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6) | 35 | 73 | 44.124 | 33.547 | Fornecedores | - | - | 922 | 1.636 |
| Contas a receber de clientes (Nota 7) | - | - | 3.310 | 3.101 | Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 14) | - | - | 4.000 | 8.813 |
| Estoque (Nota 8) | - | - | 2.364 | 2.029 | Obrigações tributárias (Nota 13) | - | - | 5.262 | 8.215 |
| Impostos a recuperar | - | - | 142 | 152 | Adiantamento de clientes | - | - | - | - |
| Outros ativos diversos | 1 | 10 | - | - | Outras contas a pagar (Nota 16) | 3.402 | 4.664 | 3.402 | 4.664 |
| Despesas antecipadas | - | - | 694 | 1.260 | Outras contas a pagar | 339 | 331 | 409 | 401 |
| Outros créditos | - | - | 243 | 260 | | 3.741 | 4.995 | 14.009 | 18.729 |
| | 49 | 83 | 50.877 | 41.022 | Não circulante | | | | |
| Não circulante | | | | | Tributos diferidos (Nota 13) | - | - | 11.902 | 11.522 |
| Realizável a longo prazo | - | - | 205 | 196 | Provisão para contingência (Nota 15) | - | - | 13 | 13 |
| Impostos a recuperar | - | - | 2 | 18 | | - | - | 11.915 | 11.535 |
| Outros créditos | 21 | 18 | 273 | 238 | Patrimônio líquido (Nota 16) | 74.346 | 74.346 | 74.346 | 74.346 |
| | 21 | 18 | 478 | 434 | Capital social | - | - | - | - |
| | | | | | Reserva legal | 3.840 | 3.124 | 3.840 | 3.124 |
| Investimentos (Nota 11) | 112.176 | 98.813 | - | - | Reserva de lucros | 30.319 | 16.450 | 30.319 | 16.450 |
| Intangível (Nota 12) | - | - | 82.615 | 82.617 | | 108.505 | 93.920 | 108.505 | 93.920 |
| Imobilizado | - | - | 459 | 111 | | | | | |
| | 112.176 | 98.813 | 83.074 | 82.728 | | | | | |
| Total do ativo | 112.246 | 98.914 | 134.429 | 124.184 | Total do passivo e patrimônio líquido | 112.246 | 98.914 | 134.429 | 124.184 |

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | Capital social | | Reservas legais | | Reservas de lucro | | Lucros acumulados | | Total | |
|--|----------------|---------------|-----------------|---------------|-------------------|----------------|-------------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | 19.636 | 19.636 | 19.636 | 19.636 |
| Reserva legal (Nota 16(b)) | - | - | 982 | - | - | - | (982) | - | - | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 16(d)) | - | - | - | - | - | - | (4.664) | - | - | - |
| Distribuição de dividendos (Nota 16(e)) | - | - | - | - | (13.300) | - | - | (13.300) | - | - |
| Reserva de lucros (Nota 16(c)) | - | - | - | - | 13.991 | - | - | (13.991) | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 74.346 | 74.346 | 3.124 | 16.450 | 93.920 | 93.920 | 14.324 | 14.324 | 14.324 | 14.324 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | (716) | - | - | - |
| Reserva legal (Nota 16(b)) | - | - | 716 | - | - | - | (3.402) | - | - | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 16(d)) | - | - | - | - | - | - | (1.000) | - | - | - |
| Distribuição de dividendos (Nota 16(e)) | - | - | - | - | 4.663 | - | - | 4.663 | - | - |
| Reversão de dividendos | - | - | - | - | - | - | 10.206 | - | - | - |
| Reserva de lucros (Nota 16(c)) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 74.346 | 74.346 | 3.840 | 30.319 | 108.505 | 108.505 | 10.206 | 10.206 | 10.206 | 10.206 |

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: (a) Considerações gerais: A CPA Holding Participações S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de Sarandi/PR, foi constituída em 20 de janeiro de 2021, sob a forma de Sociedade Anônima de capital fechado, tendo por objeto a atividade principal de Holding de instituição não financeira. A Companhia conta com controlada, sendo CPA Armazéns Gerais Ltda. ("CPA Armazéns"), com sede em Sarandi/Paraná – Brasil, tem por objeto social a guarda e a conservação de graneis sólidos e líquidos na qualidade de Armazém GR, incluindo a celebração dos respectivos contratos de depósito mercantil e a emissão, a pedido dos depositantes, de títulos representativos das mercadorias depositadas, como o conhecimento de depósito e o warrant. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 10 de abril de 2026. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As demonstrações financeiras são elaboradas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras está definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente com as alterações contábeis materiais aplicadas pela administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis materiais da Empresa. Áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as principais estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, são discutidas nas notas 3, 2.2. **Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025: Ausência de permutabilidade – Alterações à IAS 21 CPC 02 (R2), "Os Efeitos das Alterações nas Taxas de Câmbio, Em agosto de 2023, o IASB alterou a IAS 21 / CPC 02 (R2) para acrescentar requisitos que ajudam as entidades a determinar se uma moeda é permutável por outra, e a taxa de câmbio a vista a utilizar para o exercício de 2025. A adoção da IAS 21 estabelecido a taxa de câmbio a utilizar quando a permutabilidade é temporariamente inexistente, mas não o que fazer quando a falta de permutabilidade não é temporária. Esses novos requisitos aplicam-se a períodos de relato anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2025. As alterações mencionadas acima não tiveram impacto relevante para a Companhia. **Retorno Tributário:** Foi promulgada pela Emenda Constitucional nº 132/2023, institui um novo modelo baseado em IVA (atual, composto pela CBS (tributo federal que substituirá PIS e COFINS) e pelo IBS (tributo estadual/municipal que substituirá ICMS e ISS). Além disso, foi criado o Imposto Substitutivo (IS), incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Parte da regulamentação foi aprovada com o PLP nº 68/2024, sancionado como Lei Complementar nº 214/2025, enquanto outros aspectos, como a instituição do Comitê Gestor do IBS, seguem em processo de regulamentação. O período de transição entre o sistema atual e o novo modelo ocorrerá entre 2026 e 2032, quando ambos coexistirão. Como a taxa de transição só terá início em 2026, diversas regras ainda dependem de regulamentação complementar, até 31 de dezembro de 2025 não há efeitos da Reforma Tributária sobre as demonstrações financeiras, uma vez que seus impactos só poderão ser avaliados com a consolidação das normas pendentes. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo. **2.3. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção de novas normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas às instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que afetam os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **IFRS 18 - Apresentação de Informações nas Demonstrações Financeiras:** Essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparente aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados em particular aqueles relacionados à demonstração de desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. O Grupo também espera que as alterações tenham impacto nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentadas por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores representados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. - No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão representadas de acordo com o IFRS 18. **Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11:** As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações mencionadas referem-se às seguintes normas: IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro"; IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7"; IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"; IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa". Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. **2.4. Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **(a) Controladas:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações com o Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados em transações também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido. **(b) Associações:** As controladas são consolidadas com o Grupo. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de doze meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5.1. Ativos financeiros:** **2.5.2. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: - Mensurados a custo. A classificação depende do tipo de instrumento e do negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Atualmente os ativos são classificados ao custo amortizado.

2.5.3. Reconhecimento e desreconhecimento: Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa não foram mais recebidos ou tentam sido transferido para outra entidade transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **2.5.4. Mensuração:** No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **2.5.5. Impairment:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia para o impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são avaliadas ao menor valor recuperável, o impairment aplicado depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes

| CONTINUAÇÃO | | RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS | | | |
|--|-------------|---|--------------|--------------------|--|
| 20. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | | Consolidado | | | |
| | 2025 | 2024 | | | |
| Outras receitas | 851 | 937 | | | |
| Venda de sucatas, aluguéis, baixa de ativos e outros (-) PIS/COFINS/ICMS | (96) | (112) | | | |
| | 756 | 826 | | | |
| Outras despesas | | | | | |
| Provisão para devedores duvidosos | - | (24) | | | |
| Valores incobráveis | - | (26) | | | |
| | - | (50) | | | |
| Resultado líquido | 756 | 776 | | | |
| 21. Receitas e despesas financeiras | | Controladora | | Consolidado | |
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | |
| Juros sobre empréstimo e financiamento | - | - | (5) | - | |
| Desconto concedido | - | (31) | - | - | |
| IOF sobre operações financeiras | - | (11) | (11) | (11) | |
| Tarifas bancárias | - | (22) | (13) | (13) | |
| Juros e multas sobre impostos | - | (26) | (28) | (28) | |
| Outras despesas | - | (1) | - | - | |
| Total do custo financeiro | - | (91) | (57) | (57) | |
| Descontos obtidos | - | 6 | - | - | |
| Juros recebidos | - | 8 | 2.058 | 2.058 | |
| Receita financeira de aplicações financeiras | 10 | 19 | 5.056 | 2.166 | |
| Taxa de receita | 10 | 19 | 5.070 | 4.224 | |
| Variações monetárias e cambiais, líquidas | 1 | - | (30) | (10) | |
| Resultado líquido | 11 | 19 | 4.949 | 4.157 | |
| DIRETORIA | | | | | |
| Ayrton Carlos Berg Junior • Diretor Fernando Fernandes Nardine • Diretor Paulo Meneguetti • Diretor Presidente Ronaldo Magno Baggio • Diretor Tácio Octaviano Barduzzi Junior • Diretor Sidney Samuel Meneguetti • Diretor Gilberto Francisco Pacheco • Contador CRC/PR 041560/O-0 | | | | | |

Aos Administradores e Acionistas **CPA Holding Participações S.A. e sua controlada - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CPA Holding Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditores de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles

internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Maringá, 10 de abril de 2026.
 PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2PR008333/F-8
 Gabriel Perussolo Contador CRC 1PR057146/O-0

| CPLPAR Holding S.A. CNPJ 12.073.918/0001-40 | | | | | |
|---|------------|------------|--|------------|------------|
| Relatório de Administração - 2025 | | | | | |
| BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - em milhares de reais | | | | | |
| | 2025 | 2024 | Passivo e patrimônio líquido | 2025 | 2024 |
| Ativo Circulante | | | Patrimônio líquido (Nota 5) | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) | 26 | 45 | Capital social | 4.170 | 4.170 |
| Impostos a recuperar | 2 | 1 | Prejuízos acumulados | (3.216) | (3.279) |
| | 28 | 46 | | 954 | 891 |
| Não circulante | | | | | |
| Realizável a longo prazo | 1 | - | | | |
| Investimentos (Nota 4) | 925 | 845 | | | |
| | 926 | 845 | | | |
| Total do ativo | 954 | 891 | Total do passivo e patrimônio líquido | 954 | 891 |
| NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro 2025 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma | | | | | |
| 1. Contexto operacional: (a) Considerações gerais: A CPLPAR Holding S.A. ("Companhia") foi constituída em 25 de maio de 2010 sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, tendo por objetivo a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na condição de acionistas, quotistas ou titular de participação societária. A Companhia controla em conjunto a empresa abaixo, a qual tem por objetivo desenvolver as seguintes atividades: (i) CPL - Central Paranaense de Logística S.A. (a "Controlada") com sede em Sarandi - Paraná - Brasil tem como objeto social o transporte dutoviário de etanol. A Controlada em conjunto foi constituída em 25 de maio de 2010 e, atualmente, se encontra em fase pré-operacional, visto que o projeto está paralisado por falta de viabilidade econômica. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 10 de abril de 2026. 2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. 2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas, definidas no Pronunciamento Técnico CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As áreas que requer o maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.8. (a) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025: Reforma Tributária: Foi promulgada pela Emenda Constitucional nº 132/2023, instituiu um novo modelo baseado em IVA dual, composto pela CBS (tributo federal que substituirá PIS e COFINS) e pelo IBS (tributo estadual/municipal que substituirá ICMS e ISS). Além disso, foi criado o Imposto Seletivo (IS), incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Parte da regulamentação foi aprovada com o PLP nº 68/2024, sancionado como Lei Complementar nº 214/2025, enquanto outros aspectos, como a instituição do Comitê Gestor do IBS, seguem em processo de regulamentação. O período de transição entre o sistema atual e o novo modelo ocorrerá entre 2026 e 2032, quando ambos coexistirão. Como a fase de transição só terá início em 2026 e diversas regras ainda dependem de regulamentação complementar, até 31 de dezembro de 2025 não há efeitos da Reforma Tributária sobre as demonstrações financeiras, uma vez que seus impactos só poderão ser avaliados com a consolidação das normas pendentes. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. 2.2. Moeda funcional: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. 2.3. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas. 2.4. Ativos financeiros: 2.4.1. Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria de mensuração: Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gerar os ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Atualmente os ativos são classificados ao custo amortizado. 2.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento: Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido a substância econômica de todos os riscos e benefícios da propriedade. 2.4.3. Mensuração: No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os ativos financeiros | | | | | |

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO | | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|--|-----------|-------------------------------------|------|
| Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma | | 2025 | 2024 |
| Receitas e (despesas) operacionais | | | |
| Receitas e administrativas (Nota 6) | (22) | (26) | |
| Equivalência patrimonial (Nota 4) | 80 | 60 | |
| | 58 | 34 | |
| Lucro operacional antes do resultado financeiro | 58 | 34 | |
| Resultado financeiro | | | |
| Receitas financeiras | 5 | 6 | |
| | 5 | 6 | |
| Lucro antes dos impostos e das contribuições de caixa | 63 | 40 | |
| Lucro líquido do exercício | 63 | 40 | |

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE | | Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais | |
|---|-----------|--|--|
| | 2025 | 2024 | |
| Lucro líquido do exercício | 63 | 40 | |
| Outros componentes do resultado abrangente | - | - | |
| Total do resultado abrangente do exercício | 63 | 40 | |

| DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais | |
|---|--------------|--|------------|
| | 2025 | 2024 | |
| Em 31 de dezembro de 2023 | 4.170 | (3.319) | 851 |
| Lucro líquido do exercício | - | 40 | 40 |
| Em 31 de dezembro de 2024 | 4.170 | (3.279) | 891 |
| Lucro líquido do exercício | - | 63 | 63 |
| Em 31 de dezembro de 2025 | 4.170 | (3.216) | 954 |

| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | | Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais | |
|---|-------------|--|--|
| | 2025 | 2024 | |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro antes do IR e contribuição social | 63 | 40 | |
| Ajustes | (80) | (60) | |
| Ganho de equivalência patrimonial | (19) | (20) | |
| Variação em: Impostos a recuperar | (2) | - | |
| Caixa líquido utilizado das atividades operacionais | (19) | (20) | |
| Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa | (19) | (20) | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 45 | 65 | |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 26 | 45 | |

| 6. Despesas por natureza: | | 2025 | 2024 |
|---------------------------------|----|------|------|
| Serviços de terceiros | 16 | 20 | |
| Outras despesas (gastos gerais) | 6 | 6 | |
| | 22 | 26 | |

| 7. Imposto de renda e contribuição social: (a) Reconhecimento do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social: | | 2025 | 2024 |
|--|------|------|------|
| Lucro antes do IR e da contribuição social | 63 | 40 | |
| Alíquotas nominais | 34% | 34% | |
| IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais | 21 | 14 | |
| Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva: | | | |
| Equivalência patrimonial | (27) | (20) | |
| Tributos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais | 6 | 6 | |
| IRPJ e CSLL apurados | - | - | |

| 8. Provisão para contingência: | | 2025 | 2024 |
|---|------|------|------|
| Lucro antes do IR e da contribuição social | 63 | 40 | |
| Alíquotas nominais | 34% | 34% | |
| IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais | 21 | 14 | |
| Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva: | | | |
| Equivalência patrimonial | (27) | (20) | |
| Tributos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais | 6 | 6 | |
| IRPJ e CSLL apurados | - | - | |

avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Maringá, 10 de abril de 2026.
 PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2PR008333/F-8
 Gabriel Perussolo Contador CRC 1PR057146/O-0

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do Maringá Clube, no uso de suas atribuições estatutárias e em conformidade com o Estatuto Social e o Regimento Interno da entidade, especialmente nos dispositivos que tratam da convocação e funcionamento das Assembleias Gerais, bem como nos termos dos artigos 53 e seguintes do Código Civil Brasileiro, CONVOCA os senhores associados proprietários, em pleno gozo de seus direitos estatutários, quites com suas obrigações sociais, ou seus respectivos cônjuges, para participarem da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada na sede social do Clube, no dia 26 de abril de 2026 (domingo), observados os seguintes horários e condições:

I - DA INSTALAÇÃO

A Assembleia será instalada em primeira convocação às 10h00, com a presença da maioria absoluta dos associados com direito a voto, e, não havendo quórum, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de presentes, conforme previsto estatutário.

II - DA ORDEM DO DIA

Apresentação, discussão e votação do Relatório da Diretoria e da Prestação de Contas referente ao exercício social anterior;

1. Eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal para o mandato compreendido entre maio de 2026 a maio de 2028, observadas as seguintes regras:

a) O registro das chapas deverá ser efetuado junto à Secretaria do Clube até às 18h00 do dia 23 de abril de 2026 (quinta-feira), mediante requerimento formal assinado por todos os associados;

b) As chapas deverão conter o apoio mínimo de 5% (cinco por cento) dos associados proprietários quites com a tesouraria, conforme exigência estatutária;

c) Somente poderão votar e ser votados os associados que estiverem em dia com suas obrigações financeiras e estatutárias, sendo vedado o exercício do voto por associados inadimplentes;

d) O processo de votação terá início após a instalação da Assembleia e será encerrado impreterivelmente às 17h00 do mesmo dia;

e) A apuração dos votos será realizada imediatamente após o encerramento da votação, na forma prevista no Estatuto e Regimento Interno.

III - DISPOSIÇÕES GERAIS

- A Assembleia será presidida na forma prevista no Estatuto Social;
- Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa Diretora da Assembleia, com fundamento no Estatuto e na legislação aplicável;
- Recomenda-se a presença antecipada dos associados para fins de credenciamento e organização dos trabalhos.

Sem mais para o momento, renovamos protestos de estima e consideração.

Maringá (PR), 13 de abril de 2026.

MARCO ANTONIO D. COSTA GURIA
Presidente do Maringá Clube

RUA: DR. ARION RIBEIRO DE CAMPOS, 389 - ZONA 2 - TELEFONE (41) 3227-2359 - CEP: 87101-320 - MARINGÁ - PR.
CNPJ 79.145.132/0001-61 E-mail: contato@maringaclube.com.br

sinvest

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO DE MARINGÁ
CNPJ: 80.898.257/0001-41
Edital Eleições

Pelo presente edital, ficam convocados todos os associados do Sindicato das Indústrias do Vestuário de Maringá para as eleições, que serão realizadas no dia 28/05/2026, no período das 08h30 às 17h30 na sede desta Entidade, sito na Rua Nassib Haddad, 650 - Zona 05, em Maringá - PR, no Estado do Paraná, para a composição da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes, efetivos e suplentes, ficando aberto o prazo de 10 (dez) dias, para o registro de chapas, que começará a contar no primeiro dia útil subsequente da data de publicação deste Edital. A Secretaria da Indústria funcionará, no período destinado ao registro de chapas, no horário das 8h30min às 11h30 min e das 13h30 às 16h30 horas. Caso não seja obtido "quorum" em primeira convocação, a eleição será realizada em segunda convocação no dia 12/06/2026 e não obtido "quorum" em segunda convocação, a eleição em terceira convocação será realizada no dia 13/06/2026, sendo considerados eleitos os candidatos que obtiverem a maioria dos votos dos eleitores presentes. No caso de chapa única, poderá ser instalada a assembleia eleitoral por aclamação no dia 28/05/2026 acima designado, às 17h30 em primeira convocação desde que presentes a maioria absoluta dos associados em condições de votar. Não estando presente este quórum, poderá a mencionada assembleia ser instalada duas horas após, sendo considerados eleitos os candidatos que obtiverem a maioria dos votos dos eleitores presentes. O Sindicato poderá alterar a forma da eleição para que a mesma ocorra pelo Sistema Eletrônico de Votação.

Maringá - PR, 14 de abril de 2026.

Wilson Nogueira Ribeiro Junior
Presidente

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO FUNDO DE PROMOÇÕES COLETIVAS DO MARINGÁ PARK SHOPPING CENTER

Maringá, 13 de abril de 2026.

Prezados Associados,

Na qualidade de Presidente em exercício da Associação Fundo de Promoções Coletivas do Maringá Park Shopping Center, sirvo-me do presente para convocar os associados, nos termos dos arts. 17, IV, 19, I, 20, de seu estatuto social, a participarem da Assembleia Geral Extraordinária a se realizar no próximo dia 08 de maio de 2026, às 09h em primeira convocação, contando com a presença de 2/3 em primeira convocação (art. 20, §2º), ou às 09:30h em segunda convocação, no mesmo dia, com a presença de qualquer número de associados presentes. A Assembleia Geral Extraordinária ocorrerá na administração do Maringá Park Shopping Center, e terá a seguinte ordem do dia: **deliberação sobre aprovação das contas do Fundo de Promoções relativas ao exercício de 2025.**

Considerando a data de publicação desta convocação, e a data informada para a primeira e segunda convocação, reputa-se cumprida a comunicação com antecedência mínima de 8 (oito) dias corridos - em cumprimento ao art. 20 do estatuto social.

Leandro Fabrício Denardi, Presidente

JORNAL DO POVO

Compromisso com a verdade

O JORNAL DE TODOS OS DIAS

LEIA, ASSINE E ANUNCIE - 3226-7111



CPL - Central Paranaense de Logística S.A.

CNPJ 12.127.733/0001-70

Relatório da Administração - 2025

Em cumprimento às disposições vigentes da legislação societária, submetemos a apreciação dos Senhores Acionistas os documentos relativos às Demonstrações Financeiras da CPL - Central Paranaense de Logística S.A., compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025, permanecendo à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Sarandi, 10 de abril de 2026.

Paulo Meneguetti - Diretor Presidente.

| BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais | | | | |
|--|--------------|--------------|--|--------------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Ativo Circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) | 1.823 | 1.673 | | |
| Impostos a recuperar | | 1 | 6 | 4 |
| Não circulante | | | | |
| Outros créditos | 32 | 20 | | |
| | 32 | 20 | | |
| Total do ativo | 1.856 | 1.694 | Total do passivo e patrimônio líquido | 1.856 1.694 |

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO | | | |
|---|-------------|-------------|--|
| Exercícios findos em 31 de dezembro | | | |
| Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma | | | |
| | 2025 | 2024 | |
| Recargas (despesas) operacionais | | | |
| Gerais e administrativas (Nota 6) | (23) | (26) | |
| Prejuízo operacional antes do resultado financeiro | (23) | (26) | |
| Resultado financeiro | | | |
| Recargas financeiras (Nota 7) | 234 | 184 | |
| | 234 | 184 | |
| Lucro antes dos impostos e das contribuições | 211 | 158 | |
| Imposto de renda (Nota 8) | (32) | (24) | |
| Contribuição social (Nota 8) | (20) | (14) | |
| | (52) | (38) | |
| Lucro líquido do exercício | 160 | 120 | |

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE | | | |
|--|------------|------------|--|
| Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais | | | |
| | 2024 | 2024 | |
| Lucro líquido do exercício | 160 | 120 | |
| Outros componentes do resultado abrangente | - | - | |
| Total do resultado abrangente do exercício | 160 | 120 | |

| DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
|---|----------------|----------------------|--------------|
| Em milhares de reais | | | |
| | Capital social | Prejuízos acumulados | Total |
| Em 31 de dezembro de 2023 | 7.100 | (5.530) | 1.570 |
| Lucro líquido do exercício | - | 120 | 120 |
| Em 31 de dezembro de 2024 | 7.100 | (5.410) | 1.690 |
| Lucro líquido do exercício | - | 160 | 160 |
| Em 31 de dezembro de 2025 | 7.100 | (5.250) | 1.850 |

| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | | | |
|--|--------------|--------------|--|
| Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais | | | |
| | 2025 | 2024 | |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro antes dos impostos e contribuições | 211 | 158 | |
| Varição nos ativos e passivos | | | |
| Impostos a recuperar | - | 59 | |
| Outros ativos | (12) | (12) | |
| Obrigações tributárias | (3) | (1) | |
| Caixa aplicado nas operações | 196 | 204 | |
| Imposto de renda e contribuição social pago | (45) | (34) | |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 150 | 170 | |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | 150 | 170 | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 1.673 | 1.503 | |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 1.823 | 1.673 | |

DIRETORIA
 Paulo Meneguetti - Diretor Presidente
 Ayrton Carlos Berg Junior - Diretor
 José Paulo Fernandes - Diretor
 Gilberto Francisco Pacheco - Contador CRC/PR 041560/O-0

1. Contexto operacional: (a) Considerações gerais: A CPL - Central Paranaense de Logística S.A. ("Companhia") foi constituída em 25 de maio de 2010, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, tendo por objetivo social o transporte dutoviário de álcool e outros derivados de petróleo. A Companhia se encontra em fase pré-operacional, visto que está em fase de elaboração de estudos, projetos e licenças ambientais para futura construção dos dutos. Para obtenção da licença prévia já foi definido o traçado, verificando em quais cidades passará o poliduto, geoprocessamento, elaboração do EIA-RIMA e audiência públicas nos principais municípios explicando para a população como é o funcionamento e impacto ambiental com a construção do poliduto. Atualmente o projeto encontra-se paralisado em virtude das atuais condições de mercado no seguimento dutoviário. Caso o projeto apresente demanda de viabilidade econômica e de mercado o projeto poderá ser restabelecido conforme decisão da Diretoria. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 10 de abril de 2026. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas, definidas no Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.8. **a) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025: **Reforma Tributária:** Foi promulgada pela Emenda Constitucional nº 132/2023, institui um novo modelo baseado em um IVA dual, composto pela CBS (tributo federal que substituirá PIS e COFINS) e pelo IBS (tributo estadual/municipal que substituirá ICMS e ISS). Além disso, foi criado o Imposto Seletivo (IS), incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Parte da regulamentação foi aprovada com o PL nº 68/2024, sancionado como Lei Complementar nº 214/2025, enquanto outros aspectos, como a instituição do Comitê Gestor do IBS, seguem em processo de regulamentação. O período de transição entre o sistema atual e o novo modelo ocorrerá entre 2026 e 2032, quando ambos coexistirão. Como a fase de transição só terá início em 2026 e diversas regras ainda dependem de regulamentação complementar, até 31 de dezembro de 2025 não há efeitos da Reforma Tributária sobre as demonstrações financeiras, uma vez que seus impactos só poderão ser avaliados com a consolidação das normas pendentes. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. **2.2. Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas. **2.4. Ativos financeiros: 2.4.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os seus impactos são avaliados de acordo com a natureza dos ativos. Os ativos são classificados de acordo com o seguinte critério: **2.4.2. Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **2.4.3. Mensuração:** O reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os ativos financeiros

com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros. **2.4.4. Impairment:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco do crédito. **2.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas alterações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. **2.6. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.7. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. A Companhia continua sem operações, de tal forma que não há estimativas críticas. **2.8. Novas normas e interpretações não adotadas:** Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações foram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, contudo essas normas não alteram o CPC PME (contabilidade para pequenas e médias empresas), aplicável a Companhia, sendo assim a Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

3. Caixa e equivalentes de caixa

| | 2025 | 2024 |
|------------------------|-------|-------|
| Caixa e bancos | 1 | 2 |
| Aplicações financeiras | 1.822 | 1.671 |
| | 1.823 | 1.673 |

O saldo de bancos compreende depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. Os Certificados de Depósitos Bancários em 2025 e 2024 estão indexados em 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), são sujeitos a variação insignificante de valor juros e podem ser resgatados imediatamente sem penalidade de juros. **4. Imobilizado:** Em 2018, foi registrada provisão (impairment) do imobilizado em andamento no valor de R\$ 4.157 mil. Essa provisão foi constituída pela administração após a avaliação do momento atual e da ausência de expectativa da efetivação do projeto dos dutos. Uma eventual mudança no cenário econômico ou de negócios essa a provisão será revertida. **5. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possui 8.798.916 ações totalmente integralizadas que corresponde a um capital social no valor de R\$ 7.100.

| | 2025 | 2024 |
|-----------------------------------|------------------|------------------|
| Acionistas | | |
| CPA Trading S.A. | 2.199.729 | 2.199.729 |
| CLIPAR Holding S.A. | 4.399.458 | 4.399.458 |
| Catalini Terminais Marítimos S.A. | 2.199.729 | 2.199.729 |
| Total | 8.798.916 | 8.798.916 |

| 6. Despesas por natureza | | |
|---------------------------------|------|------|
| | 2025 | 2024 |
| Serviços de terceiros | 17 | 20 |
| Outras despesas (gastos gerais) | 6 | 6 |
| | 23 | 26 |

| 7. Receitas e despesas financeiras | | |
|---|------|------|
| | 2025 | 2024 |
| Recarga financeira de depósitos bancários | 234 | 184 |
| Resultado financeiro | 234 | 184 |

8. Imposto de renda e contribuição social: (a) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

| | 2025 | 2024 |
|--|------|------|
| Lucro antes do IR e da contribuição social | 211 | 158 |
| Alíquotas nominais | 24% | 24% |
| IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais | 52% | 38% |
| IRPJ e CSLL apurados | (52) | (38) |

9. Provisão para contingência: A Companhia não é parte envolvida em nenhum processo trabalhista, tributário e cível, conforme relatório circularizado com Advogados, sendo assim não consta nenhuma provisão para contingência reconhecida nas demonstrações financeiras e nem em notas explicativas.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas: CPL - Central Paranaense de Logística S.A. - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da CPL - Central Paranaense de Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos

independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das

Maringá, 10 de abril de 2026

 Gabriel Perussolo Contador CRC 1PR057146/O-0

Sanepar coleta e trata 80,6 bilhões de litros de esgoto

Em janeiro, a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) coletou e tratou 80,6 bilhões de litros de esgoto nas cidades em que administra o sistema de saneamento. Em apenas dois meses, a Companhia evitou que um volume equivalente a 32.240 piscinas olímpicas fosse despejado na natureza, o que traria prejuízos ambientais e para as pessoas.



(Sanepar)

Esse volume é 2,6% maior que o tratado pela companhia no mesmo período de 2025, resultado do avanço da cobertura, com 100,8 mil novas economias (unidades de consumo) conectadas à rede. Todo esse dejetos que deixa de ser lançado no meio ambiente reflete na educação e na economia, com redução da mortalidade infantil e de doenças causadas

por contato com água contaminada. Para a natureza, o tratamento garante a sobrevivência de ecossistemas inteiros: ao impedir que dejetos e produtos químicos cheguem aos rios, preservam-se a oxigenação da água, a vida aquática e a vida dos mananciais.

No mesmo período e na contagem da preservação ambiental, o

Brasil jogou na natureza quase dez vezes esse volume: o equivalente a 305.370 piscinas olímpicas em esgoto foram gerados e não receberam tratamento. O dado é do Esgotômetro Instituto Trata Brasil. A Sanepar coleta 82,4% do esgoto nas áreas urbanas em 219 municípios do Paraná e trata corretamente 100% do que recolheu, dentro da legislação

ambiental. A média brasileira de coleta está bem abaixo, apenas 55,2%; a o percentual nacional de tratamento dos dejetos é ainda menor, 51,8%.

"A criação e a ampliação de novas redes de coleta são essenciais para a melhoria da qualidade de vida, saúde, educação e produtividade econômica. Por isso, estamos há anos investindo pesado em

novas estruturas de tratamento de esgoto e seguiremos em ritmo acelerado de expansão e melhorias da rede", destaca o diretor-presidente da Companhia, Wilson Bley.

Até 2030, a Sanepar vai investir mais R\$ 6,75 bilhões na expansão e na modernização dos sistemas de esgotamento sanitário nas cidades em que atua. A meta é chegar a 90% da população urbana atendida pela Sanepar antes de 2033, ano estipulado pelo Marco Regulatório do Saneamento Básico, válido para as 5.570 cidades do Brasil.

ALTOS ÍNDICES DE PUREZA

O esgoto que tem tratamento adequado resulta em dois produtos: o lodo, um resíduo pastoso e rico em matéria orgânica que pode ter outros usos, desde se tornar adubo até gerar biodiesel

e ser convertido em energia elétrica; e a água limpa, que volta ao curso dos rios.

Na Sanepar, o tratamento é feito em 273 estações, que cuidam exclusivamente do esgoto, e todas obedecem a parâmetros legais de "devolução" da água ao leito dos rios com baixos índices de poluição orgânica, medidos em Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO). Quanto menor o DBO, mais pura está a água.

Nas estações Atuba Sul e Belém (em Curitiba) e Alvorada (Maringá), por exemplo, os índices registrados são extremamente baixos, não atingindo sequer 50% do limite. A Estação de Tratamento Norte (Cascavel) tem DBO quatro vezes menor que o limite legal, com 18 mg/l, quando o máximo permitido é de 80 mg/l. (ASC)

Fome recua mais em lares com Bolsa Família chefiados por mulher

De 2023 para 2024, a fome no Brasil registrou redução maior em casas de família beneficiária da Bolsa Família chefiadas por mulher. Por outro ponto de vista, entre os domicílios com pessoas que recebem o programa assistencial e alcançaram a segurança alimentar, 71% têm mulher como responsável pelo lar.

As constatações fazem parte do estudo Mulheres no centro da redução da insegurança alimentar no Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgado recentemente.

O levantamento compara dados dos últimos trimestres dos dois anos pesquisados. Em 2023, 9,6% dos domicílios beneficiados pelo Bolsa Família deixaram a fome e chegaram à segurança alimentar grave.

No ano seguinte, a marca foi reduzida para 7,2%, ou seja, diminuição de 2,4 pontos percentuais (p.p.).

Já entre os lares recebedores do Bolsa Família chefiados por homem, a proporção na insegurança alimentar grave passou de 8,6% para 6,8%, queda de 1,8 ponto percentual.

De acordo com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), insegurança alimentar grave é a condição em que há

redução ou falta de comida para adultos e crianças no lar, em outras palavras, a fome passa a ser uma experiência enfrentada no domicílio.

Já em situação de segurança alimentar, há acesso suficiente ao alimento, sem a família precisar comprometer outras necessidades.

MULHER

A pesquisadora Janaína Rodrigues Feijó, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV, atribui o resultado à maior capacidade da mulher de administrar a renda do Bolsa Família.

"Elas gastam melhor os recursos dentro do lar, especialmente quando tem crianças", diz Janaína.

O levantamento detalha que no intervalo de um ano, 946,6 mil domicílios assistidos pelo Bolsa Família deixaram a fome e chegaram à segurança alimentar grave.

Janaína escreve na pesquisa que estudos acadêmicos mostram que "quando mulheres controlam uma parcela maior dos recursos do domicílio, a composição do gasto tende a se deslocar para bens mais associados ao bem-estar infantil e familiar, como alimentação, saúde, educação e itens de consumo da criança". (ASC)

Programa Computadores para Inclusão destina mais de 800 equipamentos para pessoas com Transtorno do Espectro Autista

Criado e mantido pelo Governo do Brasil, por meio do Ministério das Comunicações, o programa Computadores para Inclusão já destinou 847 equipamentos a instituições que atendem pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), assegurando, assim, o acesso à tecnologia como um caminho real para se comunicar melhor, aprender no próprio ritmo e ganhar mais autonomia.

No caso das pessoas com Transtorno do Espectro Autista, as doações possibilitaram a criação de 81 pontos de inclusão digital, transformando a rotina de crianças, jovens e adultos. Na prática, os computadores se tornam ferramentas de expressão, aprendizado e interação, especialmente importantes para pessoas não verbais ou com dificuldades de comunicação. “A inclusão digital é, acima de tudo, inclusão social. Quando levamos computadores e acesso à internet para pessoas com autismo,

estamos garantindo igualdade de oportunidades e ampliando horizontes para o aprendizado e o desenvolvimento”, afirma o ministro das Comunicações, Frederico de Siqueira Filho.

CONTEÚDOS PERSONALIZADOS

Especialistas destacam que recursos digitais podem ser decisivos no desenvolvimento de pessoas com TEA. Aplicativos e plataformas ajudam na comunicação, criam rotinas visuais que trazem previsibilidade e oferecem conteúdos personalizados, tornando o aprendizado mais acessível, interativo e eficaz. No Brasil, cerca de 2,4 milhões de pessoas têm diagnóstico de autismo, segundo o IBGE. O Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo, instituído pela ONU e celebrado na semana passada, em 2 de abril, reforça a importância de ampliar políticas públicas que garantam inclusão e acesso a oportunidades.

INCLUSÃO PARA



QUEM MAIS PRECISA

Voltado a públicos em situação de vulnerabilidade, o programa Computadores para Inclusão prioriza instituições como escolas, associações e centros de atendimento especializado. Ao todo, a iniciativa já entregou quase 80 mil equipamentos e implantou cerca de 6 mil pontos de inclusão digital em todo o Brasil. Os computadores são recondicionados nos Centros de Recondicionamento de Computadores (CRCs), onde também são oferecidos cursos e oficinas. Além de promover a inclusão digital, o

programa contribui para a sustentabilidade, ao dar novo uso a equipamentos que seriam descartados. Iniciativas como o Computadores para Inclusão mostram como a tecnologia pode ser uma aliada poderosa na construção de uma sociedade mais acessível, onde cada pessoa tenha condições reais de desenvolver seu potencial.

70 MIL

COMPUTADORES

Em dezembro de 2025, o programa Computadores para Inclusão atingiu a marca de 70 mil computadores doados para escolas públicas, associações e projetos

voltados à capacitação de pessoas em informática. O número foi alcançado com a entrega de 30 máquinas para a Escola Estadual Castro Alves, em Macapá (AP). Ao todo, são mais de 700 mil pessoas com vidas transformadas no país, por meio do letramento digital e da capacitação profissional para atuar com novas tecnologias. Mais do que entregas, o Computadores para Inclusão construiu laboratórios de informática que ampliaram o acesso ao conhecimento digital para crianças, jovens, adultos e idosos, de Norte a Sul do país.

LABORATÓRIOS

Além das 70 mil máquinas doadas, o programa já criou 5,7 mil laboratórios de informática em escolas e associações de mais de 1,3 mil municípios brasileiros. Também tem impacto direto na qualificação profissional: mais de 74 mil alunos foram formados em cursos de informática, manutenção e novas tecnologias. A atuação do

Governo do Brasil também contribui para a preservação do meio ambiente. Os CRCs já deram destinação adequada a mais de 11 mil toneladas de resíduos eletrônicos, ultrapassando a marca de 1,2 milhão de equipamentos descartados de forma sustentável.

ECONOMIA CIRCULAR

O Programa Computadores para Inclusão tem como base a economia circular: equipamentos obsoletos de órgãos públicos são recondicionados em Centros de Recondicionamento de Computadores (CRCs), ganham nova vida e são destinados a escolas públicas, associações, centros socioeducativos, penitenciárias, comunidades indígenas e quilombolas, além de áreas rurais e remotas. O grande diferencial da iniciativa é que são os próprios alunos dos cursos de capacitação dos CRCs que realizam a recuperação das máquinas, adquirindo uma profissão e abrindo portas para o mercado de trabalho. (ASC)

Merenda ligada à agricultura familiar amplia cuidados nutricionais no Paraná

O Paraná serve diariamente 1,5 milhão de refeições a cerca de 1,2 milhão de estudantes matriculados na rede pública, com quase 40% dos alimentos provenientes da agricultura familiar (AF), base de um modelo que integra segurança alimentar, desempenho escolar e renda no campo.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) movimentou R\$ 187 milhões em 2025 no Estado e envolve diretamente mais de 24 mil famílias em quase 220 cooperativas, responsáveis por produzir 21 mil toneladas de alimentos destinados às escolas.

Mesmo com a ampliação, em 2026, do percentual mínimo obrigatório de compras da agricultura familiar com recursos federais (de 30% para 45%) o Paraná já supera essa exigência desde 2018, ao destinar a totalidade desses recursos

para essa finalidade.

Alimentos mais saudáveis nas escolas públicas, oriundos da AF, estão diretamente associados ao melhor desempenho dos alunos nas disciplinas de português e matemática. É o que aponta estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de 2024, com base em dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Os indicadores reforçam que a alimentação escolar vai além da nutrição, pois se trata de um fator pedagógico relevante, capaz de influenciar o aprendizado e o rendimento acadêmico dos estudantes.

Para o secretário de Estado da Educação (Seed-PR), Roni Miranda, a AF ocupa um papel central na alimentação escolar porque conecta três pilares fundamentais de uma política pública eficiente: qualidade nutricional, de-

envolvimento econômico e equidade social. “Ao levar alimentos frescos, saudáveis e diversificados para as escolas, garantimos melhores condições de aprendizagem, ao mesmo tempo em que fortalecemos a renda de milhares de famílias e incentivamos a produção local em todas as regiões do estado”, afirma.

O alcance da política reflete na estrutura da rede: são cerca de 2.080 escolas atendidas, incluindo 485 unidades do campo, 31 agrícolas e 42 indígenas e quilombolas. Ao todo, 108 itens da agricultura familiar compõem os cardápios, com predominância de alimentos in natura, como frutas (30%), hortaliças (25%) e laticínios (20%), além de panificados (10%) e outros produtos (15%).

Entre os alimentos naturais servidos na alimentação das escolas, a banana

lidera o fornecimento em quantidade em todas regiões, com destaque para a Metropolitana (770 toneladas), Norte Central (596 toneladas) e Oeste (256 toneladas), indicando alta capacidade de fornecimento contínuo. Na sequência aparece o leite pasteurizado, com maior volume na Metropolitana (721 mil litros), Norte Central (582 mil litros) e Noroeste (288 mil litros).

Ocupando o terceiro posto no ranking, a laranja ocupa papel relevante no Norte Central (214 toneladas), Noroeste (117 toneladas) e Sudoeste (92 toneladas), reforçando a oferta de vitaminas na alimentação escolar. Outros itens de destaque são iogurte, repolho, batata-doce, alface e maçã, pois têm presença recorrente em diversas regiões, fortalecendo a segurança alimentar e impulsionando a economia local. (ASC)

Mulheres e meninas são mais afetadas por desigualdade no acesso água

Os dados mais recentes da Agência Nacional de Água e Saneamento Básico (ANA) sobre o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 6 da Organização das Nações Unidas (ONU) mostram que o Brasil realizou avanços importantes, mas mantém desigualdades profundas no acesso à água e ao saneamento.

O Objetivo 6 da ONU, para 2030, prevê que o país deva assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.

No acesso à água, os dados mais recentes mostram que, em 2023, 98,1% da população brasileira tinha acesso à água potável segura. Porém, segundo a ANA, o índice não evidencia desigualdades relevantes: em áreas rurais, o acesso cai para 88% e atinge números ainda menores nas regiões Norte (79,4%) e Nordeste (81,9%).

Já em relação ao saneamento, os dados mostram que, em 2023, apenas 59,9% da população contava com esgotamento sanitário seguro. Na Região Norte, esse percentual era de apenas 39,6%.

O Brasil trata apenas 57,6% do esgoto gerado, o que, na prática, significa que quase metade dos resíduos ainda é descartada sem tratamento adequado, com impactos diretos sobre a saúde, o meio ambiente e a segurança hídrica do país. “Mais do que uma questão de cobertura, o problema está em quem ainda fica para trás. Populações em áreas

rurais, periferias urbanas e territórios historicamente excluídos concentram os maiores déficits de acesso à água, ao saneamento e à higiene”, destacou a ANA, em nota.

DIGNIDADE

De acordo com a Agência, os impactos da ausência desses serviços recaem de forma desproporcional sobre mulheres e meninas.

“Sem água na torneira, são elas as principais responsáveis pela coleta de água e pelos cuidados com a casa e com a família – tarefas que se tornam mais difíceis, demoradas e exaustivas quando faltam serviços adequados. Sobrecarregadas, ainda são expostas a graves riscos sanitários e de violência nesse contexto de vulnerabilidade”, acrescentou a Agência.

A ANA ressalta ainda que a falta de acesso à água toma a equidade de gênero uma meta inatingível, porque prejudica diretamente a saúde, a dignidade e as oportunidades das mulheres, ampliando a carga de trabalho não remunerado e limitando o acesso delas à educação e à geração de renda. “Sem água e sem saneamento, a desigualdade se perpetua”, frisou a agência.

“Não há mais espaço para tratar água, saneamento, clima e justiça social como agendas separadas. Garantir acesso seguro à água e ao esgotamento sanitário, fortalecer a gestão dos recursos hídricos e avançar na adaptação à mudança do clima são ações que precisam caminhar juntas”, acrescentou a ANA. (ASC)

Butantan produzirá remédio contra câncer para o SUS

O Instituto Butantan e a farmacêutica norte-americana MSD firmaram uma parceria para que o laboratório público brasileiro passe a produzir medicamento avançado contra o câncer a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). O acordo é resultado de um edital lançado em 2024 pelo Ministério da Saúde.

O pembrolizumabe é uma terapia que estimula o sistema imunológico para identificar e combater as células cancerígenas. Além disso, é uma alternativa de tratamento menos tóxica do que a quimioterapia tradicional,

e tem demonstrado grande eficácia.

O remédio já vem sendo comprado pelo Ministério de Saúde, diretamente da MSD, e é usado no SUS, para o tratamento de alguns pacientes com melanoma metastático, tipo de câncer de pele agressivo e que se espalha para outros órgãos.

De acordo com a Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, Fernanda De Negri, aproximadamente 1,7 mil pessoas são atendidas por ano, a um custo de R\$ 400 milhões.

A Comissão Nacional de Incorporação de Tecnolo-

gias no Sistema Único de Saúde (SUS) vai avaliar a inclusão no tratamento de casos de câncer de colo do útero, esôfago, mama triplo-negativo e pulmão. A MSD calcula que isso aumente a demanda para cerca de 13 mil pacientes por ano.

Fernanda de Negri explica que um dos benefícios da parceria é a possibilidade de diminuição de custos, pois o contrato prevê a transferência gradual de tecnologia, para que, em alguns anos, o Butantan possa assumir a produção do medicamento. Outros benefícios são a prioridade no for-

necimento e o desenvolvimento tecnológico.

“O objeto dessa parceria é uma molécula nova, e o Butantan vai desenvolver a capacidade de produzir esta molécula e acima de tudo desenvolver a competência para produzir outras moléculas similares no futuro.”

Segundo ela, a produção nacional deixa o paciente mais seguro. “A gente produzir aqui deixa o paciente brasileiro com mais garantias de que esse medicamento não vai faltar por conta de eventos externos que causem a interrupção de cadeias logísticas.” (ASC)

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/BF44-BD81-C777-4246> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: BF44-BD81-C777-4246



Hash do Documento

23C378DC261567655DB47AE046676D73B1A59D3CF6839D3D5B71D541F02ECBE0

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/04/2026 é(são) :

angelo Lugoboni - 34.263.987/0001-59 em 14/04/2026 09:05 UTC-03:00

Nome no certificado: Catedral Editora Comunicacao Propaganda E Pesquis

Tipo: Certificado Digital - CATEDRAL EDITORA COMUNICACAO PROPAGANDA E PESQUIS - 34.263.987/0001-59

Evidências

Geolocation: Latitude: -23.423671040524894 Longitude: -51.93702606120596 Accuracy: 83

IP: 172.16.4.11

AC: AC SyngularID Multipla

